CONSIDERAÇÕES A PROPÓSITO DO TEMPO NA “CRÍTICA DA RAZÃO PURA”: UMA LEITURA INTRODUTÓRIA SOBRE AS POSSIBILIDADES DE CONHECIMENTO DO FENÔMENO TEMPO

João Vitor Gobis Verges [1]

[1] Discente de mestrado do programa da pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão. Desenvolve pesquisa em epistemologia da Geografia, sendo bolsista Capes desde Maio de 2011. Membro do grupo de Estudos em História e Epistemologia da Geografia.

RESUMO

Este artigo, de modo geral, busca explicitar a questão do tempo para o filósofo prussiano Immanuel Kant, em seu livro “Crítica da Razão Pura”, numa perspectiva que possibilite as implicações de tal abordagem no seu sentido mais amplo. Sendo assim, a discussão feita pelo autor sobre o que é empírico ou o que é “a priori”, no prisma temporal, poderá contribuir para o debate sobre os diversos temas relativos ao conhecimento, sociedade e natureza que estão postos para a ciência contemporânea.

Palavras-chave: Tempo; Filosofia; Empirismo; Razão.

CONSIDERATIONS REGARDING THE TIME IN THE "CRITIQUE OF PURE REASON": AN INTRODUCTORY READING ON THE POSSIBILITIES OF KNOWLEDGE OF TIME PHENOMENUM

ABSTRACT

This article, in general, seeks to clarify the question of time for the Prussian philosopher Immanuel Kant in his "Critique of Pure Reason" perspective that allows the implications of such an approach in its broadest sense. Therefore, the discussion by the author on what is empirical, or what is "a priori", the prism of time, can contribute to the debate on various issues relating to knowledge, society and nature that are set to contemporary science.

Keywords: Time;Philosophy;Empiricism;Reason.

INTRODUÇÃO

Para iniciar nossa explanação sobre as contribuições de Immanuel Kant em relação ao que se compreende por tempo, iremos caracterizar, de forma sucinta, alguns apontamentos de sua história no intuito de contextualizar o autor.

Segundo o livro "Os Pensadores", publicado em 1983, que analisa obras consideráveis para a ciência ocidental, Kant nasceu em uma pequena cidade da Prússia chamada Königsberg no dia 22 de abril de 1724. Era filho de um artesão humilde que trabalhava com artigos de couro. Cursou seus estudos no colégio Fridericianum e na Universidade de Königsberg.

Segundo a mesma obra, na universidade em que estudou, fez carreira como professor catedrático depois de alguns anos como preceptor de filhos de famílias ricas. Não se casou e nunca teve filhos. Faleceu a 12 de fevereiro de 1804 sem jamais ter ido além dos arredores da cidade em que nasceu. Era um homem extremamente metódico, de pequena estatura e físico frágil.

Na obra elencada para análise, "Crítica da Razão Pura", tendo o tempo como trilho para a discussão, Kant distingue duas formas possíveis de conhecimento. De maneira geral, o debate em torno do tempo circunda o temário formulado pelo filósofo em relação às possibilidades do conhecimento humano. Está em questão, assim, a perspectiva de conhecimento empírico e de conhecimento a priori, mas, para além, Kant situa a intersecção dessas duas perspectivas.

O conhecimento empírico, como diz a própria expressão, reduz-se aos dados fornecidos pelas experiências sensíveis. O conhecimento puro ou "a priori", ao contrário, não depende de qualquer experiência sensível, distinguindo-se do empírico pelo seu caráter universal e sua condição de necessidade. Desse modo, iremos trazer, a partir de sua discussão do tempo, as propositivas que o filósofo prussiano forjou, em seu tempo, sobre tal questão.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE TEMPO PARA KANT: O EMPÍRICO E O A PRIORI

Immanuel Kant, em seu livro "Crítica da Razão Pura", faz algumas explanações sobre a temática que aqui corresponde no que diz respeito à "Metafísica do Conceito de Tempo", onde indica que:

> O tempo é um conceito empírico derivado de experiência alguma, porque a simultaneidade ou a sucessão não seriam percebidas se a representação 'a priori' do tempo não lhes servisse de fundamento (KANT, 1965, p. 41).

Nesse momento, para iniciar a análise, se encontra o debate entre as correntes filosóficas empiristas e as idealistas. Os empiristas partem do princípio que o conhecimento humano deriva da experiência, ou seja, do fato de que ao encararmos e irmos de encontro as coisas que nos rodeiam em nossa existência temos a possibilidade incorporá-las e, de modo categórico, vir saber qual o seu funcionamento.

Para os idealistas, no sentido inverso do pensamento empírico, certos conhecimentos nos são dados "a priori", ou seja, possuímos a capacidade de entender fenômenos sem a necessidade de obter um contato experimental, em certa situação, que irá nos acusar o conhecimento de certo fato.

De modo mais aprofundado, segundo Chauí (2002), O inatismo nos indica que, ao nascermos, se encontram em nós, para além dos princípios da razão, algumas idéias que são verdades previamente estabelecidas, inatas. O empirismo nos expõe justamente o contrário, afirmando que obtemos a razão na medida em

que, pela experiência, entendemos seus elementos e princípios.

É importante situar que Kant propunha colocar no centro do pensamento cientifico e filosófico a razão, o ser que pensa. Kant nos expunha que todo conhecimento, que é conhecimento "a priori", já se estabelece pelos caminhos do regimento da cognição humana. Ou seja, é todo o arcabouço de possibilidades que as leis gerais de nossa intuição nos permite pensar e sentir quanto à propósito do entendimento de algo.

Chaui (2002) nos relata que isso se chamou de "Revolução Copernicana em Filosofia". A razão como a luz que ilumina todo saber devia ser colocada ao centro dos intentos, assim como Copérnico propôs sua idéia do sol no centro de nosso sistema planetário. Como nos aponta Hamm (2004, p.43),

> [...] o primeiro passo para tal revolução consiste, evidentemente, na distinção sistemática entre dois níveis, ou melhor, entre duas esferas diferentes de reflexão, a saber: (a) a esfera das próprias coisas "reais", seja qual for a sua razão de ser, e (b) a de um possível conhecimento dessas coisas, ou, já em termos kantianos, a distinção entre as esferas das coisas em si e das coisas para nós (ou fenômenos).

Kant nos informa que a razão é uma estrutura que todos os homens em todos os tempos possuem, e é sobre ela que se sustenta a condição dos conhecimentos da experiência. Nesse caso, propõe que a razão é constituída por três estruturas a priori:

> 1º A estrutura ou forma da sensibilidade, isto é, a estrutura ou forma da percepção sensível ou sensorial; 2º A estrutura ou forma do entendimento, isto é, do intelecto ou inteligência; 3º A estrutura ou forma da razão propriamente dita quando esta não se relaciona nem com os conteúdos da sensibilidade, nem com os conteúdos do entendimento, mas apenas consigo mesma (CHAUI, 2002, p.96).

Este debate, dentro sua ampla abrangência, caracteriza a afirmação sobre o tempo previamente citada. Sendo o tempo derivado de experiência alguma, temos forte presença do pensamento idealista e, o mesmo sendo percebido como uma representação "a priori", notamos a concretização desse modo de pensar.

Destes fatos, se tem que o tempo é uma representação necessária que serve a todas as intuições e, com isso, podemos diferenciar os fenômenos, mas não podemos tirar-lhes a propriedade do tempo. Numa exemplificação mais direta, os tempos que se colocam de forma não semelhante entre si não podem ser simultâneos, têm de se apresentar sucessivamente (KANT, 1965). Já no caso do espaço essa configuração se inverte, espaços diferentes são simultâneos, e não sucessivos (KANT, 1965).

Para Kant, o tempo não é nenhum conceito discursivo. Parte do preceito de que tempos diferentes são partes de um mesmo tempo. Este, não se deriva de um conceito geral, está na intuição e representação deste tempo. Desse modo, escreve:

> A natureza infinita do tempo significa que toda quantidade determinada de tempo é somente possível

> pelas limitações de um único tempo que lhes serve de fundamento (KANT, 1965, p. 42).

Este único tempo, que serve de fundamento dentro de suas limitações, é o tempo sensível a que podemos perceber por concepção "a priori" deste fato. Tudo que venhamos perceber dentro das incumbências do tempo está intimamente ligado a nossa percepção sensível, ou seja, ao ser, em si, que observa. Desse modo, quando se representa um objeto, a totalidade nunca é alcançada através dos conceitos que, por sua estrutura, se caracterizam como limitações. São absolutamente representativos e parciais (KANT, 1965).

Toda conceituação sobre movimento e, com ele, mudança, só são possíveis de existência na representação do que seja o tempo (KANT, 1965). Observando pela ótica que visa a natureza, temos aqui um fator muito relevante. Os conceitos relacionados às mudanças e os movimentos só nos são dados pela representação do que é o tempo.

Nesse caso, todo intento sobre o pensar a natureza deve ser submetido como condição necessária ao debate sobre o prisma temporal, pois, a diferenciação de predicados em um objeto (que nesse caso, hipoteticamente, pode ser a natureza), só pode ser concebida mediante a intuição "a priori" de tempo. Só conseguimos identificar elementos determinantes e contraditórios na sucessão temporal de certo componente da realidade (KANT, 1965).

Assim, quando exploramos temas centrais das ciências que trabalham o ambiente, como a Geomorfologia e a Geografia, se têm que situar os elementos mediante a variável "tempo" para as análises. É a condição de tal variável que vai distinguir às principais diferenças e semelhanças de impactos e fenômenos. Sobretudo, essa diferenciação circunda os aportes temporais socialmente construídos.

Como nos destaca Kant, "o tempo não subsiste por si mesmo". O que o autor nos coloca é que o sem um objeto real o tempo é sem embargo real. Essa categoria não é subsistente sem a entidade objeto a ser apreendido. Há que existir um elemento que possamos intuir dentro de nossas condições de conhecimentos "a priori".

O tempo, em seu regimento, é a caracterização do nosso sentido interno que significa a intuição do estado mais profundo de nós mesmos (KANT, 1965). É a representação de nossos estados internos. Nossa intuição interior não forma figura alguma, portanto, necessitamos de instrumentalizar nosso a priori. Pegamos essa linha da razão e a levamos ao infinito (KANT, 1965).

As partes dessa linha são simultâneas, entretanto, somente a do tempo é sucessiva. Daí se deduz que a representação do tempo é uma intuição. Assim, é o tempo uma condição "a priori" de todos os fenômenos interiores (de nossa alma) e a condição imediata dos fenômenos externos (KANT, 1965, p. 45).

Em Kant, o tempo é a condição formal "a priori" de todos os fenômenos em geral. Como exemplo, os fenômenos que se caracterizam no desenrolar da exterioridade devem se mostram na obediência às leis que dominam o espaço, já os objetos que se fazem passíveis do tempo são objetos dos sentidos, por isso estão sujeitos ao tempo (KANT, 1965).

Desse modo, devemos salientar que o tempo tem um valor objetivo somente em relação aos fenômenos porque estes são coisas que consideramos como objetos de nossos sentidos (KANT, 1965, p. 45).

Ao considerar os fenômenos como objetos de nossos sentidos, podemos entender então que, só percebemos o tempo quando somos afetados por estes fenômenos. Quando

considerado em si e fora do sujeito, o tempo não é nada. Desse modo, podemos extrair que é uma representação, uma representação dos objetos. A caracterização da abordagem de campo não proporciona o abandono do tempo no que corresponde ao empírico, mas o oposto, o afirma mediante a realidade empírica (KANT, 1965).

Um objeto de nossa experiência nunca esta à parte da condição do tempo. Kant contesta a realidade absoluta do tempo e não o considera como condição ou propriedade. Para o filósofo, essa categoria é dada pela nossa capacidade anterior e nunca pela coisa em si.

> Isto constitui a idealidade transcendental do tempo, o idealismo, o conhecimento "a priori". Com isso, a mudança das representações não é possível senão no tempo, logo, o tempo é qualquer coisa de real (KANT, 1965, p. 47).

O tempo não é real como objeto, é real na intuição do ser que percebe. A realidade empírica do tempo ocorre através das representações de mudanças que possuímos, ou seja, através de todas as condições de nossa intuição. O tempo não é mais do que a forma de nossa intuição interna (KANT, 1965). Nesse caso, pertence aos sujeitos que o percebem, não pertence aos objetos mesmos.

Seguindo esse caminho de raciocínio, Kant nos explicita algumas idéias sobre o espaço e o tempo como coisas em si e como os percebemos. Desse modo, enfatiza:

> Eles são ambos, formas puras de toda intuição sensível que tornam possíveis as proposições sintéticas 'a priori'. Mas, estas fontes de conhecimento 'a priori', pela mesma razão de que são simples condições da sensibilidade, determinam o seu próprio limite, enquanto se referem aos objetos, considerados como fenômenos, e não representam coisas em si. O valor 'a priori' de ditas fontes se limita aos fenômenos. Não tem aplicação objetiva fora dos mesmos (KANT, 1965, p. 49).

Aqui, espaço e tempo são condições que nos fazem perceber as manifestações que encontramos neles. Chauí (2002) nos indica que podemos perceber lugares, posições e situações, só não percebemos o próprio espaço. A mesma autora nos remete ao fato de que percebemos e temos experiência de passado, presente e futuro, só não temos a percepção do próprio tempo.

A veracidade da formalidade das entidades espaço e tempo nos evidenciam como é seguro o conhecimento a partir da experiência, esse conhecimento é certo, inerente a todos os objetos (KANT, 1965). Quem costuma tomar partido pela defesa do espaço e do tempo como existentes em si mesmo, partindo dos objetos, estão em contradição com os princípios do conhecimento a partir da experiência (KANT, 1965).

Para o autor estudado, espaço e tempo não são abstraídos da experiência, nos indicam que o tempo mesmo não muda, o que muda é algo que existe no tempo. É necessário, então, para isso, que se perceba determinada coisa e sua determinação em sucessões, como conseqüência, da experiência (KANT, 1965).

2. ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A ESTÉTICA TRANSCENDENTAL

Seguindo a lógica abordada, no intuito de facilitar a compreensão do assunto, é pertinente salientar algumas observações sobre a estética transcendental para ilustrar a natureza fundamental do conhecimento sensível que nos ajuda no processo de apreensão do que Kant entendia por tempo. Desse modo, as nossas

concepções, ou conceituações, são modos representativos dos fenômenos que, ao ser retirado o sujeito que considera, não podem existir em si. Assim, espaço e tempo só podem existir em nós mesmos (KANT, 1965).

A natureza das coisas em si é completamente desconhecida para nós, só percebemos com nossas intuições/sensibilidade. Neste ínterim, nem todos os seres vivos percebem as coisas da mesma maneira. Espaço e tempo são morfologias no sentido puro de tal percepção, sendo a sensação sua composição material (KANT, 1965).

A intuição é o nosso conhecimento "a priori" e a sensação é nosso conhecimento "a posteriori", isso devido à experiência. Sempre percebemos as coisas de acordo com a intuição de espaço e tempo que possuímos enquanto sujeito.

A natureza dos objetos reais nos é mostrada assim, por isso, de fato, desconhecemos sua natureza. Como exemplo, Kant usa da seguinte proposição: o direito, em sua totalidade, não pode ser um objeto da percepção; é uma qualidade moral das ações, que elas possuem em si mesmas. Ao contrário das coisas que afetam de fato nossa percepção (KANT, 1965, p.49). Isto se caracteriza como a manifestação de algo e suas perspectivas associativas, junto á isso, temos as maneiras como nos afetam.

Kant propõe, nessa linha de pensamento, que há diferença entre sensibilidade e o atendimento (indo contra a filosofia Leibnitzwolfiana). Portanto, não se refere somente à clareza ou obscuridade, mas a origem e o conteúdo de nosso conhecimento. Em Kant (1965), não podemos tomar conhecimento das coisas em si com a sensibilidade, é com a subjetividade que determinamos a forma de um objeto ou fenômeno. As formas dos elementos e até o espaço que eles encerram são caracterizações que o ser que percebe impõe ao fato mediante a intuição sensível (KANT, 1965).

Nesse caso, a diferenciação está entre intuição pura e intuição sensível. A primeira corresponde ao que o autor denominou de "a priori" e a segunda corresponde ao empírico. Por obrigação, nosso "a priori" se constituiu na intuição do objeto, nada de novo se dará necessariamente no objeto devido ao fato dele ser dado previamente ao nosso conhecimento (KANT, 1965). Com isso, espaço e tempo não são nada em si, mas sim condições de nossa percepção, ou seja, todos os objetos são somente fenômenos e não coisas em si dadas dessa ou daquela maneira.

Para Kant (1965), o sentido geral, no que corresponde ao que é externo, nos dá somente a perspectiva relacional entre objeto e sujeito, e não fatos sobre o que é o objeto em si.

> O mesmo acontece com a intuição interna, são representações dos sentidos externos que constituem a matéria própria com que enriquecemos nosso espírito, por que o tempo, no qual colocamos estas representações, e que precede à consciência das mesmas na experiência, servindo-lhes de fundamento como condição formal da maneira que temos de dispô-los em nosso espírito, compreende já relações de sucessão, de simultaneidade, e de que é simultâneo com o sucessivo, permanente (KANT, 1965, p. 50).

Assim, uma coisa não pode ser outra se não a forma como o espírito foi afetado com sua atividade e, seguindo esse passo, tudo o que é representado por um sentido é sempre um fenômeno.

Toda a dificuldade consiste em saber como um sujeito pode perceber intuitivamente

(KANT, 1965). Para que a faculdade de ter consciência de si mesmo possa descobrir (apreender) aquilo que está no espírito, cumpre que aquele seja afetado (KANT, 1965). Isso depende da maneira em como o sujeito é afetado e como ele se mostra a si próprio e não como é. O objeto, sendo manifestação em si mesmo, é diferente do que ele é em si. Portanto,

> o fenômeno é qualquer coisa que não se pode achar no objeto mesmo, mas sempre na relação do objeto para com o sujeito, e que é inseparável da representação que temos: assim é que, com razão, os predicados do espaço e tempo são atribuídos aos objetos do sentido como tais, e nisto não existe nenhuma aparência (KANT, 1965, p. 61).

Em conclusão, para Kant, como nos aponta Chauí (2002), O que de fato existe é a arrumação racional pela sensibilidade dos fatos obtidos através da experiência. Isso, de modo geral, se faz dentro das formas tidas por nós, previamente, de espaço e tempo. Esses fatos é que caracterizam as perspectivas inatas e universais na abordagem do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto as exposições sobre a perspectiva do tempo em Kant, temos que, de fato, o resgate aos clássicos se coloca como de vital importância para a compreensão do mundo e ciência contemporânea. A noção de tempo e espaço, para quase a totalidade do saber científico, possui pertinência elevada quando nos propomos a investigar a realidade.

A questão do empirismo, associada ao debate do conhecimento a priori, está disposta num mundo em que, historicamente, se situam as possibilidades utilitárias e há o esvaziamento dos significados que possuímos e que nomeamos para os fenômenos.

Com isso, já evidenciado no artigo, toda abordagem sobre certo objeto cientifico, ou seja, sobre o mundo, possui a necessidade de passar pela dinâmica temporal e, com muita sagacidade, Kant nos expõe que esse tempo não é fruto da medida empírica em si, mas um fator da cognição que carregamos num prisma a priori.

Sendo assim, temos que buscar, na medida da razão, os principais significados que entregamos para um ambiente sobre o qual nos inclinamos e, de modo geral, teorizar sobre a realidade numa concepção em que a totalidade possa ser abarcada.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNAMO, N. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHAUÌ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.

DELEUZE, G. **Para ler Kant**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

HAMM, C. Natureza em Kant**. Ciência & Ambiente**. Santa Maria., v.28, p. 41-52. 2004.

KANT, I. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2005a.

_____. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martin Claret, 2005b.

_____. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Brasil, 1965.

MOOSBURGER, U. B. **Kant, Immanuel: 1724-1804**. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

THONNARD, A.A. **Compêndio de História de Filosofia.** Imprimatur: Porto, 1952.